

Considerações finais

Nossa primeira observação final será uma repetição do que já concluíamos na primeira página deste estudo: a narrativa telejornalística mantém um nível de **referencialidade** bem estabelecido, para ser assistido por um público generalizado.

Esta é a referencialidade que o telejornal busca: a generalidade, que é característica do meio televisivo, e que se traduziria, no texto, por uma simplificação da linguagem.

A referencialidade do telejornal é estabelecida a partir de dois pressupostos. O primeiro, de que o telejornal se faz a partir de fatos ocorridos, fatos “concretos”, sendo este seu primeiro objetivo: **informar**. Porém, como sabem os próprios atores do telejornalismo, a informação também quer **formar**: formar opinião, despertar o interesse, chamar atenção para os fatos. E para isso, ele lança mão de *narração*.

Assim, o segundo pressuposto ao estabelecimento de uma referencialidade é o de que qualquer discurso, por mais referencial que seja, trará marcas de escolhas, que revelam interesses pragmáticos, traduzidos em ações na vida cotidiana. Ou ainda: um gênero de discurso, uma vez codificado como tal, o é exatamente por causa dessas escolhas. O gênero se faz nessas escolhas.

Nosso principal objetivo neste estudo foi descrever algumas padronizações, simplificações, generalizações de um telejornal brasileiro, comentando aqueles pontos, aquelas marcas que sugerem escolhas, interesses, subjetividades. Pudemos verificar como estas marcas se mostraram, às vezes de maneira “automática”, às vezes de maneira “deliberada”.

A partir dos nossos objetivos específicos, vimos que os recursos da oralidade, os recursos narrativos e os recursos metafóricos presentes no telejornal nos proporcionaram interpretações significativas, quando confrontados com as teorias que nos propusemos utilizar neste estudo: a Linguística Crítica, a Linguística Cognitiva e a Semiótica Social.

Considerando estes dois binômios primeiros da comunicação atual, informar e formar, nos propusemos a transcrever as metáforas, os recursos narrativos e os recursos orais que compareceram nos enunciados que selecionamos, buscando a relação de cada um no processo de formação do gênero textual telejornalístico. Nesta formação, vimos como a oralidade possibilita a confirmação de uma familiaridade e uma credibilidade social, vimos como os demais recursos discursivos em destaque aqui, o sistema de escolhas verbais, os conectores de coesão narrativa e as metáforas, confirmam as tentativas de aproximação com o público.

Oralidade

No nosso entender, o uso dos recursos da oralidade já estaria sugestionado pela criação da ilusão de uma conversa, criada através do olhar do apresentador, dirigido à câmera.

Numa linha imaginária entre a linguagem maximamente oral e a linguagem maximamente escrita, o discurso telejornalístico se encontraria se movimentando pelo centro, sendo seu texto um texto híbrido e flexível, sensível às variações do contexto da notícia.

O repertório lingüístico escolhido será mais próximo da linguagem oral, por exemplo, quando se reporta uma festa. E mais próximo da linguagem escrita, quando, por exemplo, a reportagem é uma ação policial. Uma reportagem sobre moda pode ser incrementada pela informalidade da linguagem oral. Enquanto outros temas não abrem muitas possibilidades para isso.

Veja-se este quadro, resumindo as reportagens onde foram registrados recursos lingüísticos de linguagem oral, já elencados numa progressão de mais sistematicamente encontrados para menos sistematicamente:

Festas: o carnaval (reportagens variadas)

Esportes: jogo da seleção brasileira; olimpíadas de Pequim; campeonato de motocrosss

Política: eleições; congresso nacional

Economia: previdência social

Policial: trafico de drogas; controle de passaportes

Outros: meio ambiente; atraso nos aeroportos; aniversário de Belo Horizonte; ausência de salas de aula em faculdades; previsão do tempo; propaganda interna.

O uso de expressões da oralidade está subordinado a uma hierarquia de formalidade/informalidade, conforme o tipo de reportagem. Assim, compreendemos que o gênero discursivo telejornal se subdivide em pequenos subgêneros, ou reportagens, sendo o futebol e o carnaval os de maior índice de oralidade. É difícil estabelecer um quadro temático fixo, onde as gradações de oralidade sejam estabelecidas. Entre a festa e a reportagem policial, como extremos, há uma flexibilidade mais ou menos imprevisível no que concerne ao uso de tal recurso. As expressões da oralidade podem aparecer até mesmo em uma reportagem policial, apesar da baixa probabilidade disso ocorrer. Conforme o telejornal queira se valer de formar opinião, quando não emitir uma, estas expressões podem se dar em qualquer tipo de reportagem.

Se por um lado o uso de marcas da oralidade não é uniforme, por outro lado é mais ou menos previsível, pois o telejornal se compõe de blocos temáticos de notícias que se repetem dia-a-dia: festas, esportes, economia, política, comportamento, temas policiais, problemas nacionais, arte, lazer, personalidades, moda, previsão do tempo, prestação de serviço e um pouco de publicidade.

A seguir, resumimos os recursos da oralidade encontrados no telejornal, e que lhe deram especificidades técnicas e narrativas, aproximando a informação do público, através da criação de uma atmosfera de familiaridade e credibilidade.

Vimos como as **Palavras denotativas**, aquelas em geral consideradas *advérbios* ou *preposições*, podem sugerir significados principais nos enunciados em que atuam. A princípio pequenas partículas da comunicação, palavras como **bem, já, mal, até, só, ainda** podem adquirir importância fundamental na interpretação das frases, assumindo mais significados que os previstos por uma análise baseada apenas nos conceitos formais de *advérbio* ou *preposição*. No nosso estudo, elas denotaram, principalmente, **denúncia** (*recém-eleitos já começam a trocar de partido*) e **impaciência** (**bem** no horário de pico foram mais de 50 atrasos), além de **ironia** (**ainda** tem jogador chegando).

Como o telejornal não pode, por suas características, elevar o tom da voz, a locução lança mão de pausas, que servem para enfatizar palavras vizinhas a ela,

de modo que estas passam, assim, a ter destaque. Foi o que chamamos de **Pausas de ênfase**. Assim como as palavras denotativas, as pausas também denotaram **denúncia** (*não ofereciam sequer [...] salas de aula; mora dentro de uma escola pública [...] abandonada; Pequim mostra as cores das Olimpíadas, menos [...] o azul do céu*) e **impaciência** (*fecha [...] de novo o aeroporto; fechou hoje por [...] cinco vezes a pista*), além de **ironia** (*reis europeus que andavam [...] aborrecidos*) e de **subjetividade**, opinião: (*mas [...] nem todos comemoram*).

As **Perguntas** e as perguntas retóricas (respondidas pelo próprio locutor), apesar de mais raras, compareceram nos *leads* de duas reportagens, ou em momentos de passagem do telejornal, por exemplo *chamadas* para o próximo bloco de notícias e propagandas de outros programas da emissora (*daqui a pouco... tem déficit ou não tem?; a seguir: qual estado faz o melhor carnaval?*).

Um recurso mais sistematicamente encontrado foram as **Expressões idiomáticas**. Mas, como os outros recursos orais, as expressões idiomáticas têm presença negociada. Encontramo-las em bloco, ou seja, várias em uma só reportagem, como sobre o Congresso Nacional (*ficou com a cara diferente; troca-troca de partidos; de olho nas verbas*), sobre o jogo da seleção brasileira de futebol (*modelito; sair do armário*), sobre o jogador Ronaldo (*os fãs não vêem a hora; dar a volta por cima; planeta bola*), ou então dispersas pelo telejornal (*de mala em mala; calor humano; dar o sinal verde; pagam o pato; fama de valentão*).

A **Escolha lexical de repertório oral** mostrou-se um forte fator de promoção de intimidade e familiaridade. É nesta escolha que o telejornal se aproxima do público, porque experimenta “falar a sua língua”, a língua do dia-a-dia. É onde se negocia a simpatia, a empatia, a credibilidade social, o consenso, até mesmo uma doação/recepção de conforto. Vejam-se exemplos: *a vovó transportava três quilos de cocaína; tem uma notícia boa e uma ruim; um verdadeiro cinquentão; purgatório do banco* – de reservas, no futebol; *mas parece que...; você acompanha* – em início de frase, em propagandas de outros programas.

Se consideramos, no telejornal, o registro escrito como referência, por ser anterior ao oral, os **Recursos de prosódia** seriam também desvios do uso da língua oficial, padrão, do português, no nível fonético, assumindo um caráter de conversação oral, ou de variação linguística regional. Assim, como os mineiros,

ouvimos o **docim de leite**. E durante uma rara permissão de conversa entre os dois âncoras, no estúdio, registramos: *a demanda pra fabricar álcool nos EUA ta afetando os negócios no campo*.

As expressões orais se mostraram abundantes também nas reportagens em série sobre o carnaval e nas reportagens onde se narram os fatos numa reconstituição histórica, as *enunciações*.

Narrativa

Comentamos durante o nosso estudo que toda forma de discurso realiza, em si, uma forma de narrativa. Cada gênero discursivo terá uma forma, que também é seu conteúdo, delineado pela maneira como se constitui a narrativa. Estas narrativas, por sua vez, estruturaram-se de acordo com as expectativas sociais conferidas a cada tipo de discurso.

A narrativa jornalística se faz, majoritariamente, com dois subgêneros: a **notícia** e a **reportagem**. Até o aparecimento da reportagem, o jornalismo mundial teria sido exercido pela notícia, diretamente vinculada aos interesses pessoais dos proprietários dos meios de comunicação. A reportagem nascia então como um desejo de ir além deste limite, desejo de aprofundamento da notícia, a sua extensão, no sentido de ultrapassagem do seu caráter personalista, de narrativa retórica (de convencimento direto).

Pelo lado cinematográfico, o aparecimento da reportagem se confundia com o aparecimento do documentário, o qual, por sua vez, procurava uma linguagem mais interpretativa, mais estética e mais dramática, em relação aos curtas-metragens da época, os cinejornais, que eram exibidos antes dos filmes de ficção, e de narrativa simples, de captação de imagens sem maiores possibilidades interpretativas, como teriam sido as primeiras imagens de cinema, captadas pelos irmãos Lumière.

Neste estudo, procuramos mostrar como o surgimento da reportagem trazia consigo também a expansão de uma série de possibilidades narrativas, entre elas as que foram aqui destacadas por nós, aquelas que traziam para a cena cinematográfica jornalística elementos da oralidade, e elementos que confirmassem a constituição da locução televisiva como sugestão de conversa

mais viva com o telespectador, sugestão de um pacto de credibilidade até então inédito no fazer jornalístico. Fator fundamental para este novo pacto de credibilidade era a presença do repórter, no local da reportagem, como testemunha da notícia.

O telejornal aparecia num momento em que a prática do *lead* e da *pirâmide invertida* se estabelecia no jornalismo impresso, nos anos 1920. Estes recursos, oriundos de uma preocupação de hierarquizar a importância dos assuntos encadeados na notícia / reportagem, marcariam narrativamente a passagem que acabamos de citar, de um jornalismo personalista, interesseiro e retórico, para um jornalismo informativo, voltado às massas populacionais, urbanas, que começavam a se formar, exigindo este novo formato de **objetividade**, ou referencialidade.

Vimos que a década de 1950 questionaria a obrigatoriedade do *lead*, abrindo também o leque de possibilidades de pautas do telejornal: esportes, artes, lazer... Novas tecnologias revolucionavam os conceitos de objetividade e subjetividade jornalísticas. Uma primeira consequência disso teria sido uma crescente importância que o visual ganhava na reportagem, pelas dimensões cada vez menores dos equipamentos de filmagem.

Diferentes concepções de objetividade continuariam se revezando na história do jornalismo moderno, o qual tende às vezes para mais sensível às subjetividades, às vezes mais às objetividades, no sentido de mais próximo possível da realidade.

Hoje, vemos um complexo de recursos narrativos, que resultaram em um gênero híbrido, flexível e inovador, incrementado pelas novidades tecnológicas, que moldam diferentes variações. A variedade de recursos e o hibridismo em relação a outras linguagens são tão marcantes, que a própria exacerbação do real, em alguns exemplos, como seqüências realísticas de acontecimentos com muita ação, começam a nos lembrar filmes de ficção.

O nosso objetivismo, hoje, traz marcas das técnicas que perpassaram o tempo, ou seja, se faz com *lead* e *pirâmide invertida*, como no início da “objetividade” jornalística, se faz com um leque amplo de pautas, como reivindicava o “Novo jornalismo”, da década de 1950, é subjetivista, em alguns contextos, como queria o “Jornalismo gonzo” de jornalistas-escritores. Os usos destes recursos dependerão dos contextos narrativos.

O autor Nilson Lage (2006) situa assim o conceito de objetividade, atualmente: “pesquisar, investigar, levantar informações, procurar derrubar as teses tidas até o momento como certas através de novos enfoques, de fontes que ainda não foram ouvidas, e de perspectivas que ainda não foram consideradas”.

Podemos ligar também a objetividade, hoje, ao compromisso do jornalista com a **imparcialidade**, no sentido de evitar ser processado por pessoas reportadas que se sintam em prejuízo, a partir de uma reportagem.

Além deste limite, entretanto, entendemos que a imparcialidade jornalística, assim como a objetividade, não pode ser absoluta. Pelo contrário, nosso estudo concluiu pela presença inevitável, automática, de narratividade, na notícia e na reportagem, de modo que o desejo de imparcialidade estaria já comprometido pela parcialidade natural do processo da narração.

A objetividade também se liga à questão do realismo, pois assim é como concluímos vários comentários que fizemos aos exemplos analisados neste estudo. Não apenas um realismo referencial, mas um **hiper-realismo**, uma exibição da realidade, às vezes com cara de espetáculo áudio-visual, onde a imagem é apenas tradução do texto, e estes dois, a tradução exata do fato.

O realismo teria sido sempre uma das influências filosóficas e estéticas da civilização, tendo ganhado impulso na Renascença, e reiteradamente nos séculos posteriores. Ainda na década de 1950, o realismo narrativo do escritor Flaubert teria sido reivindicado como influência do fazer jornalístico – não nos esquecemos que os fatos, no telejornal, necessitem ser descritos com realismo. Mas nesta nossa pesquisa, muitas vezes salientamos o compromisso com a informação, sob um ângulo do real e do espetacular, em primeiro lugar, de forma que esta nos pareceu, muitas vezes, a única forma de narração eleita, em detrimento da busca por outros contextos, outros **interpretantes**, interpretações mais “diferenciadas” dos fatos.

Como testemunho do hibridismo do gênero telejornalístico, comentamos também a forte influência do programa policial, do rádio, resultando numa crescente exploração do **gênero policialesco**. Esta tendência tem impulso, entendemos, a partir da proliferação de microcâmeras, que se tornam novo instrumento de trabalho para um editor de notícias, e que flagram cenas do cotidiano com fartura cada vez mais visível, nas grandes cidades.

Atualmente, verificamos que as técnicas narrativas do telejornal se diversificaram, fazendo-se mistas, influenciadas por gêneros próximos às notícias e reportagens (editoriais, programas policiais radiofônicos, entrevistas biográficas, julgamentos informais etc). Por isso, nos dedicamos a pesquisar os recursos narrativos, não na notícia e na reportagem separadamente, como subgêneros distintos, mas sim encontrar aquilo que nelas houvesse de comum.

Baseando-nos na teoria de Halliday (1987), sobre a importância da organização sintática para a análise de um enunciado, vimos como a *Transitividade* e a *Estrutura lexical* têm influência na composição das mensagens, e vimos como uma análise nelas baseada se mostrou profícua.

A análise da **Transitividade** se traduz na análise de dois recursos: a voz *gramatical* e as *nominalizações*. Na questão da **voz gramatical** (*agentismo*), vemos quem pratica a ação, e em que posição sintática este agente está (voz ativa ou voz passiva). Numa frase em que o sujeito da oração encontra-se na voz passiva, por exemplo, há uma tendência a interpretarmos a ação como de menor impacto.

No nosso estudo, vimos exemplos apenas de sujeitos em voz ativa, como em reportagem sobre o meio ambiente, com expressões que não citam exclusivamente o ser humano como agente. Em lugar dele, vimos sujeitos sintáticos abstratos agindo no mundo (o *carvão*, que *acelera* o degelo do Himalaia; a *falta de água*, que *pode atingir* bilhões de pessoas; a *atividade agropecuária*, que *derruba florestas e emite gás metano e óxido nitroso, também contribui para a destruição do planeta*; os *combustíveis fósseis*, que *são os principais vilões*; um *novo relatório da ONU*, que *vai dizer o que devemos fazer para nos adaptar à mudança climática*, um *terceiro relatório*, que *vai trazer as ações necessárias para frear a velocidade dessas mudanças*).

Todos estes sujeitos gramaticais, como dissemos, são palavras abstratas para processos complexos, o que se chamamos **nominalização**, segundo critério de uma análise da Transitividade.

Pudemos ainda verificar como as nominalizações, quando seguidas da **personificação**, recurso em que os nomes abstratos efetuam ações, como um sujeito humano, acentuam a possibilidade de interpretarmos frases como de mais ou menos impacto: **São Paulo registrou duas chacinas em bairros vizinhos; a construção civil precisa qualificar profissionais; entre demissões e**

contratações, a construção civil teve a maior taxa de crescimento do emprego formal. Há 14 anos não criava tantas vagas.

Concluimos, ao longo deste estudo, que as nominalizações e as personificações são recursos amplamente encontrados no telejornal, que precisa dessas abstrações, como todos nós precisamos, para nossa comunicação diária. Entretanto, observamos um perigo de excesso e de uso generalizado deste recurso, como na transformação constante de mortes em números, ou na transformação de pessoas em objetos da economia, como pudemos ver nos exemplos supracitados. Uma questão inevitável na comunicação?

Tão ou mais importante que a análise da Transitividade, a **Escolha lexical** se mostrou também significativa, nos nossos exemplos, pois pudemos ver como a sociedade engendra seus conceitos a partir de escolha de vocabulário, confirmando as numerosas teorias que prevêem isto, quais sejam, as Linguísticas Críticas de Roger Fowler e Norman Fairclough (Fowler et al., 1979), a Linguística funcional de Michel Halliday (1987) e a Semiótica social, de Gunther Kress (1989), requisitadas no nosso estudo.

Exemplos como *nenhum tinha passagem pela polícia*, a respeito de um noticiário sobre pessoas chacinadas, revelam a possibilidade de uma inferência, a de que pessoas chacinadas seriam mais propícias a terem tido passagem pela polícia, o que se configuraria uma negativização dessas pessoas. O mesmo ocorre com enunciados como *bairros cercados por favelas*, onde a escolha de *cercados* evoca uma semântica negativa para *favelas*.

Expressões marcadoras de força e de demonstração de poder foram registradas, como *fortaleza*, para um presídio de segurança máxima. Vimos também o uso de uma heteronímia para “infratores da lei”, como *bandidos*, *bando*, *quadrilha*, *assaltantes*, *criminosos* e *menor infrator* (para infratores sem qualificação), uma heteronímia que nos pareceu reiteradamente utilizada, reforçada pelo uso diário – fruto da “realidade”? –, e aparentemente sem critério de escolha lexical, ou seja, uma heteronímia que também nos sugeriria a confirmação de uma outra realidade, qual seja, a própria ausência de critérios jurídicos quando se trata de julgar os crimes a partir dos códigos penais do país.

Vimos como a tendência – às vezes inevitável – de traduzir fatos em estatísticas, “números do acontecido”, bem como a institucionalização de termos abstratos, podem diminuir o impacto de uma notícia: a expressão *construção civil*

sempre esteve colocada como sujeito gramatical, e *homens* (mão-de-obra), como objeto deste sujeito.

Vimos também como uma série de nomes como *conflito*, *vítimas*, *ataque*, *linha de tiro*, em uma reportagem sobre conflitos civis, pode “desencadear” realidades, tão discursivas como potenciais (senão já desencadeadas).

A partir da Análise Crítica do Discurso, vimos como quatro conceitos foram trabalhados: o Homocentrismo, o Consenso, os Estereótipos e as Vozes acessadas.

O **Homocentrismo**, afirmação das nacionalidades, e das oposições nascidas com esta afirmação (“*nós*” *versus* “*eles*”), se traduziu em expressões como: *vizinhos sul-americanos...*, *gente atraída...*; *números menores que o Brasil; desafia o ocidente* (o Ministro do Irã); *de fazer inveja aos países vizinhos*.

O **Consenso**, que para a Análise Crítica se faz com símbolos de *fortaleza*, de *patriotismo*, de *sentimento* e de *esforço*, foi observado por nós também no que diz respeito a mais dois sentidos: um consenso que faz da notícia uma resposta para uma injustiça brutal, se fazendo, ela mesma, a notícia, o local de condenação e revitalização de valores, ou seja, o consenso *nela mesma*. Pudemos ver isto em reportagens sobre crimes, e também sobre o carnaval.

Os **Estereótipos**, definidos como “um escaninho mental socialmente construído” (Ikeda, 2005, p.50), nos mostraram como o discurso telejornalístico pode retransmitir conceitos enraizados socialmente, reforçando-os, ou mesmo os criando, e, como vimos alertando, muitas vezes de maneira “automática”.

Assim, vimos como **suíça** esteve colocada em oposição a **favela**, assim como o gelo está para o sol; como **conquistar a paz** (se mantendo na ofensiva) se tornou, mais que uma expressão, uma metáfora de uma cultura do belicismo; vimos como **cuidar do meio ambiente**, uma idéia que traz o verbo *cuidar*, revela a questão da *propriedade*; vimos como **provérbios populares** (*é de pequeno que se estimula a habilidade*) e estereótipos como *os gaúchos são exigentes e têm pavios-curtos* podem passar por naturais, pelo caráter de consagração popular.

Vimos como expressões reiteradamente empregadas, como **territórios palestinos**, podem entrar em oposição com *o país*, estabelecido, **israel**. Corroborando isto, a expressão **pacificar os territórios palestinos** foi reiteradamente encontrada.

Vimos também como a expressão **cercados por morros e favelas**, em uma reportagem sobre uma região no Rio de Janeiro, nos mostrou como um estereótipo, de caráter negativo, pode ser veiculado de maneira automática, mesmo sem que o jornalista tenha querido praticá-lo.

Ainda na nossa análise dos estereótipos, vimos como a **infidelidade feminina** tornou-se um tema de pesquisa, resultando em uma reportagem onde pudemos ver a predominância de uma interpretação facilmente reconhecível no senso popular, no que é aceito socialmente, de maneira pré-concebida, a respeito da sexualidade feminina.

A questão das **Vozes acessadas**, ponto sensível de análise para qualquer estudo que se faça sobre algum meio de comunicação, nos trouxe a confirmação do que prevíamos, de que os principais “atores da cena telejornalística” seriam os órgãos oficiais, os especialistas, os presidentes, as celebridades.

Vimos como o aquecimento global foi tratado nos **relatórios da ONU**, e também no **green peace**; vimos que o **presidente** do Chile interrompeu as férias, por causa de um acidente no Chile; vimos como o **prefeito** de São Paulo, **uma autoridade da maior cidade do país**, se descontrolou em uma inauguração, e como **uma comissão do Vaticano** veio acertar detalhes da visita do Papa ao Brasil; também como **uma pesquisa da UNESCO** conclui sobre a sexualidade do estudante brasileiro. E mais *vozes acessadas*, como os **relatórios da CIA**, do **governo americano**, e também **um estudo divulgado hoje em São Paulo** sobre como procedermos com o meio-ambiente, as **autoridades curdas** (sobre os conflitos étnicos), **as autoridades britânicas** (sobre a gripe aviária), o próprio **jornal nacional** ou o **Globo Repórter**, quando imbuídos de investigadores dos fatos.

Procedendo a uma análise dos elementos narrativos que representassem uma continuidade (sintática, semântica ou discursiva) no discurso telejornalístico, vimos como os **Conectores** fazem um papel de importante coesão: *aqui no Brasil / do outro lado do mundo...; a seguir... enquanto o mundo...; vamos ver como...;* sonoridade das palavras, pela repetição; começo de frase por *E*.

Também como um caráter atualizador de continuidade, vimos como a questão do **Agendamento** se deu, através de dois tipos de eventos: referências lingüísticas explícitas (**hora dos gols deste sábado, vamos começar pelo Cruzeiro; já é carnaval**); referência a notícia anterior (*a tragédia se completa*); e

reportagens em série (*amanhã, na segunda reportagem...; o JN começa hoje um passeio...*).

Outra maneira de marcar a continuidade narrativa das notícias e reportagens, observada por nós, foi a técnica da **Enunciação**, o “contar uma história”, numa narrativa marcadamente episódica.

Nesta linha, vimos reportagens que contavam como era um dia de atraso de crianças numa escola, por causa da estrada arrasada pela chuva. Vimos como uma cidade brasileira é grande produtora de castanha do Pará, e como é um treinamento da seleção brasileira de futebol.

O detalhamento dos fatos, que nós chamamos aqui de **Didatismo**, mostrou-se outro importante recurso narrativo, com caráter doador de continuidade: **reconstituições** de crimes, por animação ou por outros recursos, garantem a colaboração para com o público, conduzindo a transmissão de informação.

Como outra maneira de didatismo, vimos, em reportagem sobre o consumo, a busca em instruir o público consumidor, através de um entrevistado que se torna *modelo*, num misto de realidade e **simulação**, de como o consumidor deveria proceder: *se não é bem informada, ela desiste da compra ali mesmo* (sobre uma consumidora, diante de uma vitrine que não trazia preços das mercadorias).

O detalhamento mais didático que encontramos, entretanto, foi tratado em reportagem policial, onde uma vítima de seqüestro, depois de libertada, divulgava, após a boa resolução do caso, toda a sua estratégia de memorização do caminho que os bandidos fizeram ao levá-la ao cativeiro. Isto teria sido didático para quem? – podemos perguntar. É a pergunta que fazemos. É a pergunta que questiona, afinal, como qualquer cidadão poderia fazer, qual a importância que as notícias têm no jornalismo?

Finalizando os recursos narrativos enfocados, e analisados, vimos como o uso do **selo**, recurso visual, icônico, como fundo ou lateral de tela, em determinados assuntos recorrentes (entre outros, o Aquecimento global, o Congresso nacional brasileiro, a Previdência social brasileira, a Faixa de Gaza, o Risco Brasil – indicativo econômico –, o Governo da Venezuela, o Governo da Bolívia) se mostrou um agendamento, um recurso de atualização de paradigmas

sociais, ao eleger temas principais do cotidiano, e também um recurso didático visual, no sentido de situar rapidamente o público diante do tema reportado.

Como o uso do selo, também os **painéis**, diagramas escritos e quaisquer quadros resumidores que trouxessem caracteres escritos, foram interpretados por nós como recursos didáticos. Como exemplos: painéis sobre indicadores econômicos, resultados de pesquisas, resumos de documentos, em frases pinçadas de um texto longo e ampliadas, além de outros recursos.

Um acidente anunciado foi o nome que demos ao último quadro de recursos narrativos observados nesta pesquisa, um item com caráter de apêndice, antes que propriamente uma observação sobre narratividade.

Este item reúne enunciados sobre a crise aérea brasileira, do início de 2007, crise que “culminou”, podemos dizer, com um acidente aéreo trágico.

Nosso objetivo em agrupar as reportagens sobre este tema, compondo um item, seria salientar que as notícias não são vãs. Elas podem nos ensinar várias coisas. Alguma “voz”, acessada no meio daquelas reportagens, poderia ter sido ouvida, a voz da Justiça Federal, naquele momento, que proibiu determinados tipos de avião – como o do acidente – de pousar e decolar em dias de chuva – decisão devidamente reportada –, e que depois foi modificada por instituição “superior”.

Narrativamente, vimos neste grupo de reportagens as marcas de impaciência e de denúncia, através de pausas, palavras denotativas, expressões idiomáticas e outros recursos próximos da oralidade.

Metáforas do telejornal

No nosso capítulo sobre a metáfora, vimos um resumo das teorias deste importante recurso narrativo, tema de nossa pesquisa, desde os gregos, ensinadores da Retórica, até os expoentes da Linguística Cognitiva, com suas *metáforas conceituais*, idéias na mente desenvolvidas em uma determinada cultura, e reveladas por expressões metafóricas sistematicamente estruturadas.

A mais famosa conceituação de metáfora, e que ainda hoje serve como referente, ou referência, é a de Aristóteles, presente nas obras “Retórica” e “Poética”, onde se lê que a metáfora seria um transporte de significados de um termo a outro. Esta definição nos faz pensar, como já sabemos, que Aristóteles se

propunha a ver significados *nas* palavras, como representações da alma humana. Vimos então como esta conceituação, usada até hoje, pela sua precisão didática, se transformou durante o tempo, conforme o contexto de cada época.

Assim, para os cristãos medievais, a metáfora giraria em torno da Bíblia, de maneira neoplatônica, ou de maneira neoclássica, racionalista. Mas em ambos os casos desprendendo a metáfora de uma essência metafísica, e postulando-a como código cultural, interpretativo, também sujeito a equívocos.

A metáfora do Renascimento se explica por si mesma: o renascer: novamente a alusão à clareza, à luz, à ordem clássica. A metáfora do Iluminismo é também seu próprio nome.

Entremeando o Iluminismo, vimos como o italiano Giambattista Vico, ao contrário das tendências positivistas da época, faz o estudo da palavra pelo viés da sua história pregressa. E descobrimos que cada palavra contém um arbabouço inimaginável de metáforas, mitos, conceitos, significados codificados e descolados com o tempo, irrecuperáveis, sobrando apenas a ponta de uma longa história metafórica, começada com uma fábula e lapidada continuamente com o tempo.

Séculos mais tarde, Friedrich Nietzsche visitaria estes passados, nos mostrando esta arqueologia metafórica, mas apontando para uma metáfora explicativa da própria metáfora ocidental como um “corumbário” – um cemitério antigo. Jacques Derrida, continuando esta idéia, sugere um movimento contrário: a metáfora é o que uma palavra tem a ganhar, e não o que perdeu. A respeito disso, Umberto Eco lembra Aristóteles, que diz: se a metáfora se faz entre semelhanças entre dois termos, melhores as metáforas reveladoras de *dessemelhanças*.

Assim teria sido, à guisa de conclusão, uma teoria da metáfora, na filosofia.

Na lingüística, a metáfora teria sido estudada, pela gramática, até o século XX, como figura de linguagem, como uma figura de retórica, como um enfeite. É Umberto Eco quem nos chama a atenção para que esta teria sido uma leitura continuamente reducionista de Aristóteles.

As ciências da linguagem, estabelecidas no começo do século XX, começariam a mudar esta situação. A Lingüística, de Saussure, e a Semiótica, de Charles S. Peirce, começariam o estudo sistemático dos signos. Para estes

lingüistas, a metáfora, e a linguagem, não estariam estruturadas a partir de *representações* verbais, como Aristóteles sugere, mas em *relações dentro de um sistema*. Indagar sobre a representação importa menos. Importa descrever as possibilidades dentro de um sistema.

Estruturalista funcional, Roman Jakobson descola a metáfora do tradicional: o mecanismo da metaforização é o próprio mecanismo da linguagem. Para os cognitivistas, cujo trabalho é descobrir paradigmas mentais e suas formas de representação, as metáforas mostram a forma de estruturação de uma cultura, e o seu lugar, no conhecimento da linguagem, deixa de ser entendido como lugar de enfeite, de retórica, para assumir uma função estruturante do comportamento humano, um recurso natural do ser humano, em suas capacidades cognitivas.

Independentemente da ciência, se a funcional ou a cognitiva, concordamos com este ponto de vista, da metáfora para além – e aquém – de apenas um enfeite retórico, consciência que nos parece de toda a ciência Pragmática atual.

Assim é que os pesquisadores cognitivos se dedicam a identificar quais seriam os paradigmas mentais, os conceitos mentais, e culturais, postulados pela ciência cognitiva como naturais do pensamento conceitual humano. Um exemplo destes conceitos, como *Tempo é dinheiro*, podem ser verificados facilmente na fala cotidiana, sistematicamente, através de metáforas girando em torno deste assunto.

Resumimos agora, especificamente a respeito destas metáforas, aquelas que a Lingüística Cognitiva chamou de Metáforas conceituais, e que seriam os conceitos, de base metafórica, que regem o dia-a-dia do nosso telejornal. Entre eles, dois se destacam, pela sistematicidade com que comparecem: *Política é guerra* e *Economia é saúde*.

Quanto ao primeiro, **Política é guerra**, vimos que as metáforas relacionadas ao campo semântico da guerra foram constantes, em reportagens sobre política, seja a política externa, seja a política interna: *os maiores partidos perdem dinheiro. E eles já reagiram; o presidente do TSE reagiu à proposta de congelamento dos salários dos magistrados; hoje, o ministro desafiou os parlamentares a trocar de salário com ele; o Brasil ganhou na briga* (comercial) *dos Estados Unidos com países asiáticos*.

A sistematicidade do campo semântico da guerra é maior quando se trata de política de eleições, assunto também codificado como uma metáfora do jogo.

Veja-se esta constância de termos, em uma só reportagem, transcrita na íntegra, sobre eleições para Presidente da Câmara dos deputados, ironicamente com dois candidatos do mesmo partido disputando o posto:

*os partidos **aliados** ainda estão avaliando os **estragos** causados pela **disputa** entre eles na eleição para a presidência da câmara (...) votação demorada, **placar apertado** (...) o PT **vibrou** (...) o ex-presidente lamentou a **derrota** (entrevista) haverá maior independência desses partidos, mas isso não significa nenhuma **ameaça** (...) o novo presidente disse que o resultado não deixará **feridas** na base (entrevista) é só **uma discreta canelada** (nos outros candidatos do próprio partido) (...) creio que todos aqui têm maturidade para entender que a **disputa** acabou (...) foram os votos da oposição que garantiram a **vitória** do petista (...) o tamanho do **estrago** só vai aparecer quando o governo precisar de votos no plenário.*

O outro principal campo semântico encontrado foi o de **Economia é saúde**. O conceito é estruturado assim: **equilibrar** as receitas e despesas da previdência; a produção industrial brasileira **cresceu**; demonstra o início de um processo de **recuperação**; a indústria nacional começou a **dar sinais de recuperação**; o dólar fechou o dia praticamente **estável**.

A todas estas palavras destacadas, aqui com letras minúsculas, a Linguística Cognitiva de Lakoff & Johnson (1980) chama de **Metáforas estruturais**. Elas estruturam os conceitos, que eles chamam **Metáforas conceituais**.

Outros campos semânticos foram identificados, mas com sistematicidade limitada: *Política é um caminho* (será o **primeiro passo** do Congresso); *Paz é guerra*: (entrevista) (a melhor maneira e mais rápida de **conquistar** a paz é continuar na **ofensiva**); *Paz é um recurso* (os conflitos entre as duas facções não cessaram nem durante as **negociações de paz**); *Comércio é jogo* (o caderno brasileiro se tornou num **campeão de vendas**); *Lei é uma matéria* (o Supremo Tribunal Federal **derrubou** a Cláusula de Barreira, que reduzia o repasse aos pequenos partidos).

Com esta filosofia de análise da metáfora a partir de pressupostos conceituais, mentais, verificados sistematicamente nas expressões cotidianas de uma cultura, os lingüistas cognitivos estão admitindo, juntamente, que as metáforas não têm apenas uma dimensão lexical, vocabular. O processo metafórico estaria em todo o processo cognitivo humano, fazendo parte de seu plano conceitual, mental, e chegando até as expressões que todos utilizamos.

Concordamos com este ponto de vista. Buscamos neste estudo uma metáfora organizada em vários níveis, o lexical, o sintático, o semântico, o discursivo e o pragmático.

Finalizando nossa pesquisa, nós apontamos um tipo específico de metáfora, a que chamamos aqui de **metáfora semiótica**, como recurso narrativo de crescente utilização no telejornal atual.

O fato de a câmera filmar um cruzamento de avenidas, concomitantemente a um texto que está falando que “no cruzamento entre a necessidade de ajudar e a pena, surge a esmola...”, vemos um recurso de riqueza semiótica característico de discursos onde a própria metáfora poder ganhar mais contextos interpretantes. Vemos que este tipo de recurso metafórico sempre foi utilizado pela poesia, assim como pela publicidade, o que confirma, entre outras conclusões, que as metáforas semióticas são interseções poéticas na narrativa telejornalística. A respeito deste movimento de hibridismo, observamos que enquanto a própria arte moderna foi historicamente buscando níveis cada vez menores de metaforicidade (tida no sentido clássico de “querer significar outra coisa”), no jornalismo, gênero a princípio referencial, há um crescente uso de metáforas nas reportagens, bem como permissões narrativas, interativas, como as que buscamos descrever e comentar aqui, e que passo a passo vão contribuindo para um estilo, a nosso ver, cada vez mais informal – salvando-se as recomendações de se ter em conta que isto depende do tema reportado.

A metáfora semiótica, assim, nos chama a atenção para a constante busca de inovação narrativa nos meios de comunicação, capitaneada pela voz significativamente considerada do telejornal brasileiro. Ela nos lembra também a consciência do jornalista no próprio processo de construção narrativa, no sentido de tais recursos poderem significar para ele, além de outras coisas, a possibilidade de expressar com mais flexibilidade os temas reportados – nem sempre escolhidos por ele, pois o jornalista cumpre uma *pauta*.

A *metáfora semiótica* é também a manifestação de uma relação narrativa entre texto e imagem que vai além de meramente icônica, ou imitativa. Texto e imagem dialogam entre si, “mostrando” para o telespectador este diálogo, de maneira a chamar o código inteiro da língua para a decodificação completa da mensagem (como o código da *poesia*). Chamamos código completo: consciência na literalidade e na metaforicidade de uma expressão, ao mesmo tempo. É este o principal movimento que as metáforas semióticas realizam. Elas nos parecem traduzir uma realização da metáfora para além da crença na estrita divisão entre literalidade e figuratividade de uma expressão.

Isto quer dizer que temos consciência de que as narrações são ficções, não havendo diferença ontológica possível entre realidade e ficção. Como na linha imaginária entre a linguagem maximamente oral e linguagem maximamente escrita, em cujas posições intermediárias o telejornal se situaria, o que vemos, entre os fatos e as notícias, é uma linha imaginária, percorrida pelas narrativas, em si significativas.

Se por um momento nossa crença na “ficção de todas as coisas” parece desleixar-se da realidade reportada – que às vezes é bastante grave –, concluímos pelo contrário. Crer nesta ficcionalidade intrínseca é crer que a realidade é elaborada. Elaborada pragmaticamente, segundo interesses sociais, de culturas diversas. Por isso as realidades são tão diversas quanto são as culturas.

Parecemos apenas repetir uma questão, já sugerida nos autores que fizeram uma crítica à metafísica: a realidade não existe. Tudo o que existe é a sua concepção.

Assim é a linguagem: o objeto que ela referencia é fugaz, se esvai como objeto. Uma associação qualquer cria a linguagem para aquele objeto. E ele nasce de novo. Se a metáfora é este “de novo”, então metáforas é tudo o que temos, é tudo o que há.